

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte (inco de Março (60iônia) Class.: 237

Data 20 a 26 de novembro de 1978 Pg.:

CINCO DE MARGO

Dom Tomás

Zoaz4/11/78 "Emancipação visa tomar as terras dos índios"

No ciclo de debates sobre a realidade brasileira, o bispo Dom Tomás Balduíno, presidente do Conselho Indigenista Missionário, analisou o problema da emancipação do índio, cujo decreto já se encontra na Presidência da República, para ser assinado pelo general Geisel. O presidente do Cimi inicialmente afirmou que "no último dia 8 de novembro, na PUC, de São Paulo, assisti a um acontecimento ao qual faziam parte várias delegações de várias partes do mundo, que discutiam o problema da emancipação do índio, que foi levantado pelo governo por meio de uma minuta de decreto prevendo a medida".

Acrescentou o bispo de Goiás que gostaria de colocar o problema no ci-clo de debates, porque "ele se encontra na ordem do dia, e explica muito bem a nossa realidade brasileira. Depois de toda essa repressão - acentua , de decreto antigreve, amarrando os operários (ele se refere ao decreto no. 1.632), depois de toda a repressão na área rual, com relação àqueles que reivindicaram os seus direitos e foram enquadrados na Lei de Segurança, a gente recebe uma nova medida marcada por interesses evidentes".

Eliminação da tutela

Segundo o presidente do Cimi, "hoje em dia o governo está visando atingir o setor mais fraco, mais frágil de nossa sociedade, que é a comunidade indígena. Depois de querer disciplinar o trabalhador da indústria e trabalhador rural, agora chegou a vez do índio. E a propósito, a proposta que parece muito generosa, parece atualmente promocional, prevê a emancipação do índio. A coisa precisa ser vista no seu conteúdo, porque muita gente está achando que é ótimo este decreto de emancipação'

Dom Thomás disse que foi chamado a Brasília, na CNBB, para esclarecer o assunto, "porque a maioria dos bispos estão por fora da questão, e o que ela significa. Se os bispos estão por fora - acrescenta -, imaginem o povo. Então, a emancipação que se propõe é a eliminação da tutela. Pela Lei 6.001 (Estatuto do Indio), eles, os silvícolas, vivem sob o regime de tutela. E esse instrumento jurídico é uma coisa boa para o índio, porque garante-lhe a posse da terra. O índio sem a tutela estaria na condição de cidadão comum e, portanto, sem nenhum direito à terra. Pela lei atual, a terra pertence à Uni-

ão e a sua posse se torna exclusiva dos índios, com todos os seus bens e frutos, enquanto eles estiverem ali presentes, na condição de índios, não apenas em termos etnográficos, etnológicos, mas também jurídicos. Então, se ele perde essa situação jurídica, perde, consequentemente, a posse da terra. Abolindo o Estatuto, aparentemente o governo estaria beneficiando os índios, mas, na realidade, está apenas deixando-os na rua. Serão despejados, como já aconteceu com alguns deles, que foram postos na rua, depois de longos anos de escravidão, sem nenhuma indenização, sem nenhum direito e sem nada para sobreviverem.

Índio enquadrado na Lei de Segurança

Depois de salientar que "esse tem sido o grito de todos os antropólogos do país", o presidente do Cimi revelou: "Agora, lá em São Paulo, um índio Pareci disse o seguinte: 'vai chegar o momento em que, na emancipação, o governo vai enquadrar nós, índios, como subversivos'. E é isso mesmo - o índio Pareci atingiu o ponto nevrálgico da questão. Inicialmente, o governo queria emancipar as comunidades, com o que o governo poderia tomar e dispor de suas terras, o que ainda não pôde fazer, de acordo com a lei atual, porque são inalináveis os direitos indígenas. Entretanto, depois de emancipados os índos, todos os direitos seriam da competência do governo".

Dom Tomás prossegue em sua palestra: "Agora, notem bem: tem muita razão o índio Pareci quando diz que eles serão enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Realmente, serão. Todos nós sabemos que à frente das comunidades indígenas estão as suas lideranças, na luta pela recupera-



Dom Tomás Balduíno: os chefes indígenas poderão ser enquadrados na Lei de Segurança Nacional

ção das terras perdidas. Realmente, são algumas lideranças que representam, que exprimem o pensamento de toda uma tribo. Agora, vejam: com esse decreto, feito às escondidas, se emancipam essas lideranças, e não irão emancipar os índios de lá do interior das matas, que não têm nenhu-ma expressão na luta. Os chefes, sim, seriam emancipados, e a partir daí poderão ser enquadrados em qual-quer Lei de Segurança Nacional. Realmente, é um pacote com o endereço dos chefes indígenas, o que é profundamente grave"

Finalizando, Dom Tomás assegurou que "a solução para todos os problemas indígenas cabe aos próprios índios. Cabe a eles descobrirem os seus caminhos. Eles mesmos, lá em São

Paulo, mostraram isso, quando de um ato público passaram a um forum, pois eles passaram a julgar os culpados por esta situação. É o índio que deve ser destinatário de súa própria caminhada — deve ser o protagonista de sua própria luta, deve ser o responsável por sua libertação, e ele está consciente disso. Porém, nós temos a nossa parte. Uma vez que tivemos a nossa parcela na opressão, devemos ter agora a nossa parcela no ressarcimento da libertação do índio. Eu quero que essa nossa visão do pro-blema do índio não seja uma visão puramente teórica, mas que seja uma forma de compromisso. Estamos na hora de assumir um compromisso. Não podemos ser indiferentes à situacão do índio".